

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 2

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 2

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 2 [Recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A educação no âmbito do político e de suas tramas; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-865-6 DOI 10.22533/at.ed.656192312</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas” foi pensado de modo que pudesse reunir pesquisas sobre educação de diversas partes do Brasil. Fazendo um apanhado de discussões atualizadas e apresentando um conjunto de resultados e experiências inovadoras, visando contribuir com a educação, sobretudo, no âmbito político e suas tramas.

São 122 artigos divididos em 4 Volumes sendo que, **neste Volume 2**, os temas selecionados foram Educação e Inclusão Escolar e Social, Arte e Cultura, Saúde e Educação. São 31 artigos que chamam para um diálogo provocante e construtivo. O índice é um convite a leitura.

No **Volume 1**, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Educação Infantil, Ensino Médio, Educação Superior e Ambiente Virtual de Aprendizagem, totalizando 33 textos inéditos.

No **Volume 3**, são 18 artigos em torno da temática Interdisciplinaridade e 11 artigos relatando propostas e experiências sobre Administração Escolar.

Fechando esta edição, no **Volume 4** trazemos 29 artigos divididos entre as temáticas da Formação Continuada, Formação para a Cidadania, Formação Docente e Leitura e Educação.

Sejam bem-vindos ao e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas”.

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL

CAPÍTULO 1	1
A CORRENTE VYGOTSKYANA: UMA RESPOSTA À INCLUSÃO ESCOLAR?	
Rosmarí Deggerone Fernanda Ceolin Teló	
DOI 10.22533/at.ed.6561923121	
CAPÍTULO 2	12
A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO PELA APROPRIAÇÃO DA CULTURA	
Caroline Andrea Pottker	
DOI 10.22533/at.ed.6561923122	
CAPÍTULO 3	25
A ESCOLA COMO ESPAÇO DE DISCUSSÃO SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	
Raphaella Ferraz Figueiredo João Diógenes Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6561923123	
CAPÍTULO 4	37
A ESCRITA DO SUJEITO SURDO: REFLEXOS DA ORALIDADE EM “SINAIS”	
Angela Lemos de Oliveira Christianne Benatti Rochebois	
DOI 10.22533/at.ed.6561923124	
CAPÍTULO 5	53
A FAMÍLIA E A ESCOLA: CONECTANDO SABERES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Marcele Rickes Ana Paula de Almeida Sabrine de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6561923125	
CAPÍTULO 6	62
A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E A AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA	
Júlia Aparecida Costa Martins Flores Thaesa Jesana da Silva Bacellar	
DOI 10.22533/at.ed.6561923126	
CAPÍTULO 7	73
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM ALBINISMO NOS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE ASPECTOS DA DIVERSIDADE HUMANA	
Nivaldo Vieira de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.6561923127	

CAPÍTULO 8	86
ALFABETIZAÇÃO PARA AS DIVERSIDADES: UM APONTAMENTO DAS VULNERABILIDADES DENTRO DA ESCOLA	
José Henrique Monteiro da Fonseca Degmar Francisca dos Anjos Jessika Karoliny Ostelony da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6561923128	
CAPÍTULO 9	94
AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA ESCOLA E EDUCAÇÃO EM MEIO AS DESIGUALDADES SOCIAIS	
Andreia Moro Chiapinoto Juciane Severo Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.6561923129	
CAPÍTULO 10	106
DESENVOLVIMENTO INFANTIL DO AUTISTA, BARREIRAS E CONQUISTAS NA INCLUSÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO	
Jaluza das Neves Alves Fernandes Claudete Lima Elisandra da Silva Paz Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.65619231210	
CAPÍTULO 11	112
EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS: DESAFIOS DE UMA APRENDIZAGEM INCLUSA	
Jéssica De Oliveira Giroto Adriana Maria da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.65619231211	
CAPÍTULO 12	123
INCLUSÃO NA SALA DE AULA: PREMISSA PARA UM MUNDO IGUALITÁRIO	
Sandra Berro Maia Andréa Magale Berro Vernier Alan Pedroso Leite Bárbara Gehrke Bairros Émerson Juliano dos Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65619231212	
CAPÍTULO 13	134
O PROCESSO DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSM: ESTRATÉGIAS INTERVENTIVAS PARA O FORTALECIMENTO DE UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ E DEMOCRÁTICA	
Thaesa Jesana da Silva Bacellar Júlia Aparecida Costa Martins Flores	
DOI 10.22533/at.ed.65619231213	
CAPÍTULO 14	145
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL POR MEIO DE JOGO EDUCACIONAL	
Tiago Francisco Andrade Diocesano Carla Diacui Medeiros Berkenbrock	
DOI 10.22533/at.ed.65619231214	

CAPÍTULO 15 159

REFLEXÕES SOBRE A INVISIBILIDADE DO NEGRO NAS ESCOLAS DO CAMPO

Carlos dos Santos Viana
Marcelino Pinheiro dos Santos
Maura Gleide Lima dos Santos
Jussara Tânia Silva Moreira
Diego Pita Ramos

DOI 10.22533/at.ed.65619231215

CAPÍTULO 16 172

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DA MATEMÁTICA NA VISÃO DE ALUNOS SURDOS

Renata Aparecida de Souza
Jórcelia Erminia da Silva Carneiro
Cláudia Landin Negreiro
Maria Elizabete Rambo Kochhann

DOI 10.22533/at.ed.65619231216

CAPÍTULO 17 184

SÉCULO XXI: A REDENÇÃO...

Armando Guimarães Nembrí

DOI 10.22533/at.ed.65619231217

CAPÍTULO 18 194

A ARTE MOVIMENTO: CONSTRUÇÕES DE OFICINAS/VIVÊNCIAS NA ESCOLA

Edisio Pereira da Silva Luz Júnior
Joyce Fernandes Prates
Carmem Virgínia Moraes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.65619231218

ARTE E CULTURA

CAPÍTULO 19 207

A TEORIA DA REPRODUÇÃO CULTURAL DE PIERRE BOURDIEU APLICADA A HISTÓRIA DO ENSINO NO BRASIL: DOS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO ATÉ A DÉCADA DE 1990

Cláudia Regina Paese

DOI 10.22533/at.ed.65619231219

CAPÍTULO 20 221

ATIVIDADES CIRCENSES COMO CONTEÚDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Jarbas Pereira Santos
Daniel Ewerton Mendes
Marilda Teixeira Mendes
Michela Abreu Francisco Alves
Kamila Rodrigues Silva
Ketile Angélica Silva

DOI 10.22533/at.ed.65619231220

CAPÍTULO 21 234

ATOS E AFETOS : CONCEITOS FREIRIANOS AO ENCONTRO DO FAZER TEATRAL DE ARTISTAS DE GRUPOS DE TEATRO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO FORMAL

Barbara Leite Matias

DOI 10.22533/at.ed.65619231221

CAPÍTULO 22	246
DIÁLOGOS ENTRE ENSINO DE CIÊNCIAS E MULTICULTURALISMO: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO NOS ENPECS (1997-2015)	
José Elyton Batista dos Santos	
Dagmar Braga de Oliveira	
Manoel Messias Santos Alves	
Bruno Meneses Rodrigues	
Willian Lima Santos	
DOI 10.22533/at.ed.65619231222	
CAPÍTULO 23	258
DIMENSÕES DA QUALIDADE EDUCACIONAL NA REDE MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO: O PROJETO ESCOLA E MUSEU COMO UMA PONTE ENTRE AS FORMAÇÕES ACADÊMICA E CULTURAL COM FOCO EM EQUIDADE	
Priscila Matos Resinentti	
Cristina Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.65619231223	
CAPÍTULO 24	272
EDUCAÇÃO MUSICAL EM ESCOLAS PÚBLICAS: A DIFERENÇAS ENTRE A CULTURA MUSICAL DE ALUNOS E PROFESSORES	
Luanna Aparecida Batista da Fonseca	
Rodrigo Cavalcante da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65619231224	
CAPÍTULO 25	279
LETRAMENTO CULTURAL: DISPOSITIVO DE DESCONSTRUÇÃO E DENÚNCIA	
Erika Nunes de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.65619231225	
CAPÍTULO 26	292
O BEIJU COMO FONTE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E FORTALECIMENTO DA CULTURA	
Neuza França da Silva	
Valdinéia Ferreira dos Santos Piasson	
DOI 10.22533/at.ed.65619231226	
CAPÍTULO 27	304
ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO PERÍMETRO URBANO DE CAMPO GRANDE/MS EM 2016	
Lucimara De Oliveira Calvis	
Airton Aredes	
DOI 10.22533/at.ed.65619231227	
CAPÍTULO 28	318
TRATAMENTO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS QUÍMICOS DE LABORATÓRIOS ESCOLARES: CONCEITOS BÁSICOS E NECESSIDADE DE CONSCIENTIZAÇÃO	
Sérgio Giacomassi	
DOI 10.22533/at.ed.65619231228	

SAÚDE E EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 29	324
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE ALIMENTAÇÃO E HÁBITOS ALIMENTARES DE MORADORES DE CONJUNTO HABITACIONAL POPULAR	
Carmelita Rikelly Santos de Souza	
Elza Francisca Corrêa Cunha	
Elizabeth Lustosa Costa	
Ingrid Stefanny Santos da Conceição	
DOI 10.22533/at.ed.65619231229	
CAPÍTULO 30	338
EDUCAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO: O QUADRO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS SOBRE O ENSINO	
Joanna Ísis Chaves Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.65619231230	
CAPÍTULO 31	350
NOVAS CONCEPÇÕES NA GESTÃO DA ÁGUA: UMA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS	
Clovis Gorczewski	
Micheli Capuano Irigaray	
DOI 10.22533/at.ed.65619231231	
SOBRE O ORGANIZADOR	363
ÍNDICE REMISSIVO	364

A TEORIA DA REPRODUÇÃO CULTURAL DE PIERRE BOURDIEU APLICADA A HISTÓRIA DO ENSINO NO BRASIL: DOS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO ATÉ A DÉCADA DE 1990

Data de aceite: 04/12/2018

Cláudia Regina Paese

Universidade Católica de Pelotas – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos humanos

Doutoranda em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Bolsista da *Capes/Prosup*. Mestre em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Pedagoga.

Integrante do grupo de pesquisa POLITIZA da Unb e do grupo de pesquisa Políticas Sociais, Programas de Transferência de Renda, Gênero e Pobreza, da Universidade Católica de Pelotas. Pelotas – RS

RESUMO: Este artigo objetiva divulgar investigações historiográficas sobre a Educação, na perspectiva nacional, para tanto analisamos a teoria da reprodução cultural de Pierre Bourdieu aplicado ao ensino brasileiro compreendendo seus primórdios até a década de 1990. Utilizamos, para tanto, como referência principal, o trabalho publicado em parceria com Jean-Claude Passeron “A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino”, datada de 1978. Esta obra forneceu subsídios para esta discussão e análise, com o anseio de compreender as relações histórico-

sócio-políticas entre educação e sociedade. A metodologia utilizada para este trabalho combinou com abordagem histórica com teórica, a fim de desvendar o sentido teórico da sucessão de eventos históricos dentro da história da educação. Os principais resultados trouxeram à luz a conclusão de que a escola converge para uma distribuição desigual do conhecimento às diferentes classes sociais, reforçando nelas a reprodução cultural de forma histórica na educação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação; Educação Brasileira; Educação e Sociedade; Reprodução Cultural; Teoria da Reprodução Cultural.

PIERRE BOURDIEU’S THEORY OF CULTURAL REPRODUCTION APPLIED TO THE HISTORY OF EDUCATION IN BRAZIL: THE PRIMORIES OF EDUCATION UNTIL THE 1990

ABSTRACT: This article aims to disclose historiographical investigations on Education, from a national perspective. To this end, we analyze Pierre Bourdieu’s theory of cultural reproduction applied to Brazilian education and its beginnings until the 1990s. We use

the published work as the main reference. in partnership with Jean-Claude Passeron “Reproduction: Elements for a Theory of the Education System,” dating from 1978. This work provided insights for this discussion and analysis, with a desire to understand the historical-socio-political relationship between education and society. The methodology used for this work combined historical and theoretical approach in order to unravel the theoretical sense of the succession of historical events within the history of education. The main results brought to light the conclusion that the school converges to an unequal distribution of knowledge to the different social classes, reinforcing in them the historical reproduction in Brazilian education.

KEYWORDS: History of Education; Brazilian education; Education and society; Cultural reproduction; Cultural Reproduction Theory.

1 | INTRODUÇÃO

Nosso trabalho está dividido em duas sessões: a primeira abordará a etimologia da palavra reprodução, além da teoria de outros pesquisadores e estudiosos da área, como Marx (1989), Althusser (1985), o próprio Bourdieu e Passeron (1978), Bowles e Gintis (1976), Baudelot e Establet (1971). A segunda sessão fará um breve relato da história da educação brasileira de 1500 até a década de 1990. O objetivo é identificar os sinais prematuros do envolvimento da educação com a teoria da reprodução cultural retratada por Bourdieu em suas análises, articulando e contemplando uma análise histórico-social e política da educação brasileira. Esta articulação pode convergir para uma distribuição desigual do conhecimento às diferentes classes sociais, reforçando nelas a reprodução cultural de forma histórica na educação brasileira.

2 | REPRODUÇÃO

2.1 Etimologia da palavra “Reprodução”

Vejamos o significado da palavra reprodução nos seguintes dicionários abaixo:

De re + produção. Ato ou efeito de reproduzir (se) [...] (AURÉLIO, 1986, p. 1490).

No vocabulário proposto originariamente por Marx (1867), um sistema está submetido a um processo de reprodução simples quando as “saídas” (output) do sistema: 1. São estáveis; 2. Não afectam as condições de funcionamento, mais precisamente a estrutura, ou seja, as características essenciais do sistema. (Disponível em: <http://bib.praxis.ufsc.br:8080/xmlui/bitstream/handle/praxis/482/5023019-DICIONARIO-DE-SOCIOLOGIA.pdf?sequence=1> Acesso em: 23 nov. 2016, p. 396).

Tratamos, a seguir, das várias abordagens teóricas sobre a reprodução, além

da que nos propomos em Bourdieu (1978). São autores como Marx (1989), Althusser (1985), Bowles e Gintis (1976), Baudelot e Establet (1971).

2.2 Marx e a reprodução

A educação pela escola tem um papel decisivo na reprodução dos indivíduos. Pela sua capacidade de moldagem das consciências, participa na formação e consolidação da ordem social vigente. Karl Marx (1989, p. 659) se refere a um modo de reprodução:

Qualquer que seja a forma social do processo de reprodução tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de reproduzir. Por isto, todo processo social de reprodução, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é ao mesmo tempo processo de reprodução.

Marx (1989) entende a reprodução como produto de uma dominação de classe. Segundo ele, as ideologias da legitimidade implicam que os dominados se reconheçam no papel de dominados.

2.3 Louis Althusser e a Reprodução

Althusser foi importante para que a teoria de Marx sobre a reprodução fosse mais aprofundada e divulgada nos meios acadêmicos. Althusser focou suas energias com relação ao tema sobre os países capitalistas, que estavam em desenvolvimento. Para Silva (1992, p. 32),

Em Althusser, temos um esquema bastante fiel a teorização da reprodução em Marx. Aqui, a reprodução das relações sociais de produção, centralizadas em seus elementos materiais, está no centro do processo. São as relações diferenciadas dos homens com seus meios de produção que constituem o objeto privilegiado do processo de reprodução.

Segundo Althusser (1985), a reprodução se dá no campo “das ideologias” dentro da escola e a serviço da classe dominante. Ainda para o autor, existem os chamados “aparelhos ideológicos”. Um exemplo é a disciplina “Moral e Cívica” (Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/302JulianaMirandaFilgueiras.pdf> Acesso em: 23 out. 2016), cuja obrigatoriedade foi estabelecida pelo Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Outro exemplo: através da Resolução nº 8, de 1º de dezembro de 1971, anexa ao Parecer nº. 853/71, o ensino de História foi suprimido para dar lugar aos “Estudos Sociais”. dada a cargo de professores “polivalentes” na 1ª a 4ª séries. (Disponível em: http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4/estudos_sociais/leme.htm Acesso em: 23 out. 2016). Outro caso: “Organização Social e Política do Brasil” (OSPB) foi uma disciplina que entrou no currículo escolar a partir da consolidação das diretrizes educacionais de 1961. (Disponível em <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH>.

2.4 Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron e a Reprodução

Para Bourdieu e Passeron (1978), a escola é o veículo institucional para a reprodução dos valores culturais. Os autores entendem esta reprodução da cultura dominante como uma “violência simbólica”. Perceberam que a escola contribui de modo decisivo para a consolidação da ordem social vigente, através da ideologia repassada e na transmissão e inculcação diferenciada de valores, ideias, estilos de vida e de educação.

A escola organiza, seleciona e posiciona os indivíduos em papéis previamente determinados pela sociedade. Para Bourdieu e Passeron (1978), a divisão social está centralmente mediada por um processo de reprodução cultural. Essa reprodução se dá por intermédio de valores culturais que são transmitidos muito fortemente pela educação.

A escola não inculca valores e modos e pensamentos dominantes, mas se limita a usar um código de reprodução cultural onde as crianças e os jovens da classe dominante já foram iniciados no ambiente da família. Esta é importante, pois permite a continuação no jogo da cultura, de interesses e confirma a exclusão de uma determinada classe.

2.5 Samuel Bowles e Herbert Gintis e a Reprodução

No modelo de Samuel Bowles e de Herbert Gintis (1976), a raiz das desigualdades encontra-se na estrutura econômica capitalista e na estrutura reprodutivista educacional — “teoria da correspondência” — que contribuem para alimentar a estrutura capitalista, perpetuando o circuito da reprodução. Segundo os autores, há uma comunicação entre sociedade — modo de produção capitalista — e a escola, enfatizando o processo escolar ligado a características da produção econômica capitalista que transmitem a ideologia dominante.

Bowles (1976) destaca que a escola fornece uma força de trabalho disciplinada e habilitada, ao mesmo tempo em que fornece mecanismos de controle social para a estabilidade do sistema capitalista. Gintis (1976), ao destacar o vínculo existente entre escolaridade e salário, enfatiza a relevância da formação de atitudes requeridas pelo mercado de trabalho. (GINTS, 1971 apud FRIGOTTO, 1989, p. 47).

A escola, através de sua subjetividade, — linguagens, códigos culturais — estratifica o conhecimento, reproduzindo diferentes grupos sociais. Para Bowles e Gintis (1976), a escola ensina de maneira crucial e mais eficaz através da vivência de suas relações sociais hierarquizadas e não através de seus conteúdos explícitos.

Em Bowles e Gintis é central a contradição entre as necessidades de legitimação e as necessidades de acumulação no capitalismo, processo no qual a escola

está centrada. A escola como agente de educação é elemento decisivo para a manutenção ou transformação da divisão do trabalho. A literatura marxista ignora o papel da instituição educacional. (SILVA, 1992, p. 67).

Para os autores há uma reprodução das relações hierárquicas do trabalho através da produção de subjetividades apropriadas que são encontradas na “[...] réplica das relações de dominação e submissão da esfera econômica” (FRIGOTTO, 1989, p. 48).

2.6 Christian Baudelot e Roger Establet e a Reprodução

Para Baudelot e Establet (1971) o sistema escolar “[...] está dividido em canais separados e incomunicáveis, segregados em termos de classe. Esses canais através de currículos diferenciados voltam a reproduzir as mesmas classes sociais existentes.” (SILVA, 1992, p. 17). Para os autores haveria dois currículos: um destinado à classe dominante – e este levaria em conta o status; e outro para os dominados, também chamados de 2ª classe.

Segundo os autores o aluno oriundo da classe trabalhadora traz consigo sua própria ideologia, que seria advinda das organizações sociais, das relações sociais em que participa, ou seja, fora do ambiente educacional. Sendo assim, para eles a escola teria o trabalho maior de inculcar a sua ideologia sobre estes alunos trabalhadores. “[...] conhecimento e vida são arbitrariamente separados, e esta só entra na escola nas suas formas fenomênicas; consolida a divisão entre trabalho manual e intelectual, concepção e execução” (ENGUIA, 1993, p. 252-253).

O legado destes autores estudados encontra-se ao fazer uma perspectiva histórica da educação brasileira nas décadas de 1960 e 1970, onde fica evidente o reflexo das teorias oriundas da Europa, que trazia em seu bojo a discussão e a diferenciação entre as classes sociais.

3 I HISTÓRICO DA REPRODUÇÃO CULTURAL SEGUNDO PIERRE BOURDIEU APLICADO A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Para fazer uma análise histórico-sócio-política da educação que permita perceber a reprodução cultural segundo Bourdieu no sistema de ensino brasileiro, bem como as políticas educacionais desenvolvidas, dividimos o sistema de ensino por questões metodológicas aos seguintes períodos:

- I. 1549 a 1889;
- II. 1889 a 1930;
- III. 1930 até 1985.
- IV. 1990

Vejam agora mais especificamente algumas características da educação nestes períodos, o que mostra o jogo de interesses de quem tem o poder de determinar os caminhos da educação.

3.1 1500 a 1889: Colônia e Império

Com a chegada dos jesuítas por volta de 1549, comandados pelo padre Manuel da Nóbrega, estes chegaram junto com o primeiro governador-geral, Tomé de Souza, dá-se início também a educação no Brasil.

[...] o modelo educacional proposto pelos jesuítas, que pretendia formar um modelo de homem, baseado nos princípios escolásticos, era coerente com as necessidades e aspirações de uma sociedade em formação na primeira fase do período colonial brasileiro. (NETO; MACIEL, 2008, p. 170).

A educação jesuítica é demarcada por uma forte hegemonia do trabalho de evangelização da ordem missionária. O catolicismo impregnou a vida social e cultural, chegando a ser a religião oficial do país. A ligação entre Estado português e a Igreja Católica era muito forte. Boaventura Santos (2007) no livro “Para Além do Pensamento Abissal”, aponta as inquietudes do paradigma ciência e teologia, que caracterizou durante muito tempo a educação brasileira de forma a marcar o que ele denomina de

[...] as linhas cartográficas “abissais” que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo. A injustiça social global estaria, portanto, estritamente associada à injustiça cognitiva global, de modo que a luta por justiça social global requer a construção de um pensamento “pós-abissal”. (SANTOS, 2007, p.71).

A partir destas estratégias, estaria consolidada a formação do homem brasileiro no período colonial, sob influência da educação católica. Pela “*Ratio Studiorum*”, os jesuítas dedicaram-se à formação das elites coloniais, cujos indivíduos tinham, na época, apenas duas escolhas, quais sejam: o sacerdócio — seguir a ordem jesuíta — ou o direito — seguir para Portugal. Assim o era, pois este modelo de estudos possuía dois cursos superiores, o de Teologia e o de Filosofia. As opções eram para quem tinha posses. Dentre as características da educação jesuítica, destacam-se a formação de indivíduos capazes de comandar, características da classe dominante brasileira. Esta elite cultural era destinada à liderança da sociedade colonial.

A partir de 1759 o Marquês de Pombal travou uma batalha árdua com relação à educação proporcionada pela Companhia de Jesus. Inúmeras medidas políticas foram postas em prática por Pombal, dentre elas a imediata expulsão dos jesuítas do Brasil. Deve-se lembrar que os portugueses deixaram os jesuítas no comando das ações governamentais, devido aos seus interesses voltados para o comércio do Oriente que se expandia.

3.2 1889 a 1930 – Primeira República

Em 1891 temos um país absorvendo várias mudanças, mas as disputas entre dois blocos econômicos, formado pela burguesia urbana e a aristocracia agrária, persistia. Permaneciam unidas apenas na ideia que o processo de industrialização iniciado na Europa viria ao Brasil trazendo condições para o desenvolvimento do país e de seu povo.

Denominada por alguns estudiosos de “Constituição Republicana”, anunciou o Estado laico e as garantias dos direitos individuais, um reflexo da Revolução Francesa na Europa. Mas esta iria enfrentar na área educacional quase que os mesmos problemas: persistia a falta de entrosamento entre o ensino primário e o secundário. É perceptível o distanciamento entre Estado e Igreja, pela questão laica inserida na educação nesta carta magna. Há o estímulo ao ensino elitista, pois à educação elementar é dada pouca atenção.

Seguem-se tentativas de reformar a educação brasileira. A primeira de Benjamin Constant, que propunha a construção de prédios apropriados ao ensino, criação de novas escolas, de escolas normais para formação adequada de professores e a instituição de um fundo escolar. A partir de 1930 surge um movimento revolucionário na educação chamado de “Escola Nova”, a fim de combater o ensino tradicional acadêmico, literário e formalista. (SEVERINO, 1986).

3.3 1930 a 1985 – Do Estado Novo à “Nova República”

Em 1934 uma nova Carta Magna tece o destino da educação brasileira. Segundo Vieira

A Carta de 1934 é a primeira a dedicar espaço significativo à educação, com 17 artigos, 11 dos quais em capítulo específico sobre o tema (cap. II, arts. 148 a 158). Em linhas gerais, mantém a estrutura anterior do sistema educacional, cabendo à União “traçar as diretrizes da educação nacional” (art. 5º, XIX), “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados, organizar e manter” os sistemas educativos dos Territórios e manter o ensino secundário e superior no Distrito Federal (art. 150), assim como exercer “ação supletiva na obra educativa em todo o País” (art. 150, “d” e “e”). (2007, p. 296-297).

A nova pedagogia identificava-se com pressupostos do liberalismo. Defendia o individualismo, a liberdade, a igualdade perante a lei e a solidariedade humana. Cury (1978, p. 25) sintetiza assim o significado das ideologias em confronto neste período:

A versão ideológica dos pioneiros representa a adaptação política educacional ao processo econômico gerado pelas novas forças produtivas bem como a adaptação do capitalismo dependente periférico educacional dentro do processo de urbanização.

Em 1946 a Constituição Federal, tomada pelo populismo e o otimismo acelerado,

reitera a exigência de fixação, por parte da União, das diretrizes e bases da educação nacional. A educação é debatida no anteprojeto de lei da Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), apresentado pelo projeto de lei por Clemente Mariani.

A lei 4024/61 regulamentará o ensino público e privado no Brasil. Vejamos algumas das conquistas: a) A Igreja conquista um grande espaço ideológico conservando seu direito à iniciativa privada; b) O grupo privatista aliado à Igreja representa os empresários da educação; c) A conquista neste período é da ideologia liberal burguesa, modernizada e fundamentada na ciência. A educação continuava reproduzindo a estrutura social e cultural vigente, e também seus fundamentos ideológicos que legitimava.

Em 1964, com a derrubada de João Goulart, o regime assumia uma postura autoritária, chegando a utilizar a força policial para deter manifestações de ordem política e social. A Igreja Católica e seus princípios ideológicos são utilizados pelo regime para conter as manifestações.

Em 1966/67 serão realizados acordos via MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura e *United States Agency for International Development*), que impõem seus princípios liberais, e seriam responsáveis pela assistência técnica financeira à reorganização do ensino brasileiro. (ARANHA, 1989).

Com os mesmos princípios liberais e a tarefa de atender ao mercado, a Lei 5540/68, de 28 de novembro de 1968 fundamenta-se na ideia do funil educacional, apenas invertido: “muitos na entrada e poucos na saída”. (ENGUITA *apud* GENTILLI; SILVA, 1995). Tratava do ensino superior que tinha por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário. Para Chauí (2003, p. 6)

Essa localização da educação no setor de serviços não exclusivos do Estado significou: a) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) que a educação deixou de ser considerado um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado.

Em 1971 tivemos mais uma lei de educação, lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 do ensino de 1º e 2º graus. Esta lei tinha como objetivo a profissionalização, a formação técnica em nível médio, atendendo ao mercado e a divisão do trabalho. Subentendia-se que os trabalhadores colocariam seus filhos na escola pública e a classe dominante colocaria seus filhos no ensino privado. Segundo Severino (1986, p. 93),

Aplica-se a atual situação da educação brasileira, no seu toda a explicação de Bourdieu sobre a produção simbólica e a indústria cultural, com a tendência ao privatismo empresarial, é que ao ser organizado assim em função dos interesses capitalistas, tornou-se elemento de grande processo de indústria cultural, enquanto processo de comercialização de produtos culturais.

Durante o governo Sarney, (1985-1990) foi promulgada a nova Constituição Federal (05 de outubro de 1988) representativa, fala de educação como direito. As principais inovações no campo da educação são

O acesso ao ensino público obrigatório e gratuito passa a ser direito público subjetivo, o que importa responsabilidade da autoridade pública caso o mesmo não seja oferecido, ou seja, irregular a sua oferta (art. 208, 1º e 2º). Quanto ao custeio da educação, o texto constitucional obriga a União a investir anualmente na área nunca menos que 18% e os estados e municípios nunca menos que 25% da receita resultante dos impostos. (PALMA FILHO, 2005, p.22).

Para Oliveira esta Constituição representa “[...] um salto de qualidade com relação à legislação anterior, com maior precisão da redação e detalhamento, introduzindo-se, até mesmo, os instrumentos jurídicos para a sua garantia” (1999, p.61).

Esta Constituição é inovadora em todos os sentidos, e segundo Figueiredo [...] vindo a representar um passo decisivo na passagem do garantismo individual ao garantismo social (1988, p. 104). Esta Carta Magna está intimamente entrelaçada mais tarde a nova LDB Lei nº 9.394/96 e a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no governo de Fernando Henrique Cardoso.

3.4 1990

Nos anos de 1990 temos a ascensão do neoliberalismo o Governo Collor de Mello (1990-1992), na área educacional manteve

[...] um padrão de intervenção governamental bastante semelhante ao do final dos anos 70, marcado por: ausência de centralidade da educação na agenda governamental - inteiramente tomada pela administração da economia de curto prazo, falta de um projeto educacional e por consequência de organicidade das ações e programas de governo; centralização de recursos e decisões associadas a um discurso cuja tônica era, contraditoriamente, a da descentralização, e falta de prioridades claramente definidas. (MELLO; SILVA, 1992, p.3).

Com Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 e de 1998-2002), que investia na concepção de uma educação que visasse a autonomia e a criatividade do indivíduo. Através destes requisitos, este seria responsável pela sua própria educação e, conseqüentemente, ascensão social.

O interesse pelas ações do Banco Mundial no setor educacional se justifica pela influência crescente que este organismo vem tendo sobre a definição das políticas educativas nos países em desenvolvimento. O Banco Mundial considera a educação como um instrumento fundamental para promover o crescimento econômico e reduzir a pobreza. (TOMASI; WARDE; HADDAD, 2007, p.195).

Existe uma íntima ligação entre o processo de produção econômica e o de reprodução sociocultural. A estratificação do conhecimento é, ao mesmo tempo, resultado e causa da estratificação sócio-cultural.

Desde 1990, o BIRD tem declarado que seu principal objetivo é o ataque à

pobreza. Para isso, suas duas principais recomendações são: uso produtivo do recurso mais abundante dos pobres – o trabalho – e fornecimento de serviços básicos aos pobres, em especial saúde elementar, planejamento familiar, nutrição e educação primária. (ALTAMANN, 2002, p.79).

Em 1996 a LDB Lei nº 9.394/96, enfatizará o conceito de competências. Segundo Ferretti (2002), vários são os argumentos sobre como definir competências

[...] mas os principais dizem respeito à “necessidade”, posta pelas transformações em diversas esferas, mas especialmente na econômica, de as sociedades em geral, mas em particular as “emergentes”, buscarem a constituição de um novo sujeito social, no plano coletivo, tanto quanto no individual, capaz não só de conviver com tais transformações, mas, principalmente, tirar delas o melhor partido, tendo em vista o bem estar de países e pessoas. (FERRETTI, 2002, p. 301).

A Lei nº 9.394/96 “[...] induz fortemente à descentralização da educação, direcionando os seus gastos por intermédio da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério – FUNDEF (OLIVEIRA, 2008 apud SANTOS, 2011, p. 8).

Ainda no governo de FHC, tivemos outro PNE, em que, claramente, o ensino básico se sobrepôs sobre os outros níveis de ensino (HERMIDA 2006 apud SANTOS, 2011, p. 7). A ação pedagógica desenvolvida na escola, por outro lado, seja pelo modo como se impõe, seja pelo conteúdo que impõe, é definida por Bourdieu e Passeron (1978) como correspondendo aos interesses e objetivos da classe dominante. Para estes autores, toda ação pedagógica tem sempre a função de manter a ordem. Ela alcança este objetivo por um sistema de inculcação direta ou de exclusão indireta, baseado em um processo de seleção, com ou sem exames.

A reprodução e seleção – em quantidade e qualidade – desta elite representa segundo ele, a condição mais importante para a sobrevivência da ordem social. A escola participa de tudo isto em primeiro plano e em detrimento do papel da família. (PETITAT, 1994, p. 20).

Assim, o trabalho pedagógico tende a impor o reconhecimento da legitimidade da cultura dominante nos membros das classes dominadas e fazê-los internalizar a disciplina e a censura como autodisciplina e autocensura. O trabalho pedagógico é o melhor substituto da coerção física.

Essa dependência da escola acentua os elementos oriundos da classe média, a inculcação dos conteúdos escolares de forma dócil e acrítica. Por outro lado, a ação pedagógica não é um trabalho sistemático que se estenda por toda a vida. Por esta razão, ela visa produzir um treinamento mais durável, falo de um “*habitus*”.

Isto é um *habitus* como produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após a cessação da AP (ação pedagógica) e por isso de perpetuar nas práticas os princípios do arbitrário interiorizado. (BOURDIEU; PASSERON apud SILVA, 1992, p. 44).

O arbitrário cultural, a que se referem os autores acima, significa que uma

mesma função pode conter uma multiplicidade de conteúdos culturais, como a infinidades de culturas e poderes.

A reprodução para Bourdieu e Passeron representa um dos mais notáveis esforços para renovar a teoria da ação educacional, distante das correntes funcionalista e marxista. (PETITAT, 1994, p. 30).

A análise de como o sistema de ensino seleciona os conteúdos a serem ministrados é bastante conhecida. A explicação é baseada na existência de diferenças na cultura, diferenças essas de capital cultural adquirido por essas crianças que tem ou não acesso a uma cultura diferenciada, que os qualifiquem e os distingam das demais crianças. A solução para essas desigualdades, segundo os autores, está no

[...] desenvolvimento de uma pedagogia racional [...] uma pedagogia que não esqueceria as diferenças de rendimento de acordo com a classe de origem dos estudantes e que se utilizaria de uma didática para conter estes mecanismos. (PETITAT, 1994, p. 31).

Mais tarde, em seus estudos sobre reprodução, Bourdieu e Passeron (1978) passam a desenvolver a teoria da violência simbólica. Segundo eles, a violência simbólica passa a existir definitivamente quando existe uma imposição de uma crença ou de uma língua com a exclusão de outras possíveis, a fim de massificar, tornar aquela realidade única e verdadeira.

Em qualquer sociedade, o grupo dominante esforça-se por impor certas significações como legítimas 'dissimulando as relações de força que são o fundamento de seu poder'. Agindo assim, conforme postulam os autores, o poder dominante acrescenta a força das significações legítimas a sua própria força, e obtém um 'efeito de reprodução simbólica'. (PETITAT, 1994, p. 32).

Bourdieu (1978), o representante maior desta corrente de pensamento, ampliou o debate sobre educação, desmascarando a pretendida neutralidade que a escola costumava tomar para si — em outras palavras, aquilo que a escola rotulava como desigualdades individuais ou dons, passou a ser visto como desigualdades sociais que a escola reproduz.

Estes autores — Bourdieu e Passeron (1978) — nos dão uma panorâmica do sistema de ensino superior francês, com o seu papel conservador, ou seja, como uma máquina reprodutora das relações sociais a serviço de uma classe dominante. Sua contribuição é bastante importante no campo da Sociologia da Educação.

Bourdieu e Passeron (1978) tratam da cultura dominante em nossa sociedade, a cultura burguesa, que desenvolve entre os jovens da classe dominada habilidades técnicas, para aumentar sua capacidade produtiva como trabalhadores, e, ao mesmo tempo, inculcar entre eles uma atitude de aceitação da ordem estabelecida.

O sistema de ensino, nesta visão dos franceses acima, torna-se um ritual simbólico de imposições e limitações, e a dinâmica social trabalha na direção da

recuperação. As classes dominadas não têm capacidade de luta, apenas oferecem sua resistência em termos de contestação simbólica, indignação em uma ordem pré-estabelecida.

Fica claro que a escola não oferece o mesmo ensino a todas as crianças. O conteúdo ideológico inculcado no sistema primário é o da profissionalização, ou seja, proclama-se a adaptação de uma classe ao mercado de trabalho que a espera. Mantem-se assim um grupo de indivíduos mantidos como subproduto ideológico da sociedade capitalista.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira evidenciou sempre a força da reprodução cultural no sistema educacional, aparecendo como instrumento desejado, consciente ou inconsciente, das classes dominantes, que reproduziam relações sociais e ideológicas em defesa de seus interesses. “Assim sendo, a classe dominante faz da educação – em seu sentido estrito – um espaço fecundo para a disseminação das suas idéias e dos seus interesses.” (Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/932.pdf>. Acesso em 6 de jun de 2017).

A produção cultural percorreu um caminho onde à educação e à escola restou apenas realizarem o papel de mediadores de seus produtos em detrimento de uma determinada classe social. A escola, através de sua comunicação – do seu ato de transmitir ideias, mensagens –, enfatiza características, ao usar um código de transmissão cultural, que reproduz a continuação dos jogos de interesses entre as classes e confirma a exclusão dos menos abastados.

A tarefa social da escola é reproduzir e, porque não dizer, manter as relações distintas – relações definidas pela posse de bens materiais e bens simbólicos – entre as classes sociais. Isso ocorre através da capacidade que a escola possui de reproduzir bens simbólicos – a educação, as ideias, etc. – formando, assim, as diferentes classes sociais e preparando os indivíduos para ocuparem seu lugar nestas classes. Estas características, a qual foram discutidas ao longo deste texto, podem ser percebidas no novo ensino médio e também no projeto Escola Sem Partido que reforçam a posição social e cultural dos indivíduos em sociedade conforme a teoria exposta por Bourdieu (1978) e tomada como caso de estudo a educação brasileira.

Parte deste artigo foi publicada na Revista Itinerarius Reflectionis, v. 15, n. 1, 2019.

REFERÊNCIAS

- ALTAMANN, Helena. **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro**. Educação e Pesquisa, v. 28, nº 1. São Paulo, 2002. P.77-89.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- AURÉLIO, Buarque de Holanda Ferreira. **Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 1978. Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 3ª ed.
- BOWLES, S.; GINTIS, H. **Schooling in capitalist america**: educational reform and the contradictions of economic life. New York: Basic Books, 1976.
- CHAUI, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação. Set /Out /Nov /Dez 2003 nº 24.
- CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- ENGUITA, M. F. **Trabalho, Escola e ideologia**: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- ESTABLET, R.; BAUDELLOT, C. **L'école capitaliste en France**. Paris: Maspero, 1971.
- FERRETTI, CELSO JOÃO. A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS: AUTONOMIA OU ADAPTAÇÃO? Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 299-306, dez. 2002
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- GENTILI, P; SILVA, Tomaz. Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1. Vol I. 13ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- MELLO, Guiomar Namó de. SILVA, Rose Neubauer da. **O que pensar da atual política educacional?** Em Aberto, Brasília, ano 10, n.50/51, abr./set 1992.
- NETO, A. S; MACIEL, L. S. B. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro**: algumas discussões. Educar, Curitiba, nº. 31, p. 169-189, 2008.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **O Direito à Educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de Justiça**. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago, 1999 Nº 11.
- PALMA FILHO. João Cardoso. **A Educação Brasileira no Período 1960-2000: de JK a FHC**. In._____. PALMA FILHO, J. C. (organizador). Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005. p.61-74.
- PETITAT, A. **Produção da escola/ produção da sociedade**: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto alegre: Artes Médicas, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento Abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos Estudos nº 79 São Paulo: Cebrap, Novembro 2007.

SANTOS, Kátia Silva. **Políticas públicas educacionais no Brasil**: tecendo fios. Disponível em:<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0271.pdf>
Acesso em 3 de jun de 2017.

SEVERINO, A. J. **Educação, Ideologia e Contra-Ideologia**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária (EPU), 1986.

SILVA, T. T. da. **O que produz e o que reproduz em educação**: ensaios de sociologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

TOMASI, Livia de; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio.(organizadores). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 5ª Ed. São Paulo:Cortez, 2007.

VIEIRA, S. L. **A educação nas constituições brasileiras**: texto e contexto. Revista Brasileira Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME - Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia” e membro do Grupo “Laboratório de Formação de professores e práticas dialógicas na Educação- Lapedi - UFT”. Tem Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/ UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPAUFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, entre outros, tendo como foco a História Local e a História das Instituições Escolares, assim como efetiva participação em cursos de Especialização (lato sensu) voltados para a formação de professores com foco na gestão, organização, planejamento, orientação e avaliação na Educação Básica.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 61, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 113, 174, 283, 284, 335

Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 23, 44, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 64, 68, 71, 97, 102, 106, 107, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 136, 141, 145, 161, 162, 166, 168, 172, 173, 177, 178, 179, 181, 182, 189, 195, 196, 198, 205, 222, 223, 230, 232, 241, 259, 262, 263, 268, 269, 275, 319, 338, 343, 348, 349, 358

C

Cidadania 28, 29, 38, 59, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 91, 93, 101, 135, 142, 143, 163, 188, 227, 229, 230, 262, 275, 283, 345, 351, 353, 357, 358, 359, 360, 361

Conceitos Vygotskyanos 1, 4

Consumo 94, 99, 100, 101, 103, 104, 295, 299, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 315, 320, 324, 325, 328, 330, 331, 332, 333, 336, 354, 359

Crianças 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 43, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 123, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 163, 164, 165, 166, 173, 175, 176, 177, 180, 181, 210, 217, 218, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 239, 240, 261, 265, 266, 275, 276, 280, 293, 295, 325, 328, 334, 335, 336, 342, 344, 345, 346, 347, 348

Cultura Surda 184, 190, 191, 192

D

Direitos Humanos 62, 67, 72, 73, 74, 82, 84, 85, 91, 114, 121, 143, 207, 340, 341, 347, 350, 351, 352, 354, 356, 359, 361, 362

Doutores Surdos 184, 187, 188, 190

E

Educação Brasileira 66, 73, 77, 104, 187, 207, 208, 211, 212, 213, 214, 218, 219, 363

Educação de surdos 37, 39, 51, 189, 190, 191, 193

Educação do campo 159, 167, 168, 169, 170, 232

Educação e Sociedade 207

Educação Especial 12, 13, 14, 23, 35, 112, 114, 117, 118, 119, 121, 124, 126, 133, 173, 180, 182, 191, 192

Educação infantil 66, 67, 73, 75, 77, 78, 81, 84, 123, 124, 126, 127, 132, 133, 170, 182

Educando 19, 53, 54, 57, 58, 60, 89, 93, 94, 95, 223, 225, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245

Ensino de Matemática 172, 176, 183

Escola 1, 2, 3, 4, 5, 7, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 33, 34, 35, 39, 45, 48, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 68, 69, 70, 71, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87,

88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 144, 147, 150, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 177, 179, 180, 184, 189, 194, 196, 198, 199, 200, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 267, 268, 269, 270, 272, 273, 274, 275, 277, 289, 334, 335, 339, 343, 344, 348, 358

Escrita 4, 7, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 57, 86, 87, 88, 179, 180, 185, 186, 189, 191, 201, 234, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291

F

Família 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 38, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 69, 72, 90, 96, 100, 107, 108, 110, 116, 121, 124, 125, 127, 133, 141, 146, 196, 201, 204, 210, 216, 267, 273, 292, 293, 294, 295, 297, 302, 303, 326, 333, 336, 342, 357, 358

G

Gênero 16, 26, 30, 36, 67, 86, 89, 142, 165, 207, 247, 250, 285

H

História da Educação 37, 103, 104, 189, 207, 208, 219, 363

Humanização 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 92, 227, 235, 347

I

Inclusão 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 22, 23, 45, 46, 49, 68, 70, 71, 73, 85, 91, 93, 106, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 132, 133, 137, 172, 173, 176, 177, 181, 182, 183, 200, 202, 227, 229, 306, 317, 327, 356

Inclusão Escolar 1, 13, 14, 106, 116, 125

J

Jogo 8, 9, 58, 91, 95, 101, 103, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 210, 212, 225, 229, 238, 243, 245

L

Libras 18, 39, 40, 46, 49, 51, 53, 120, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 191

Língua de sinais 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 173, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 189, 190, 191, 192

Linguagem 1, 4, 5, 6, 7, 11, 22, 24, 27, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 61, 64, 87, 88, 89, 93, 106, 108, 109, 175, 176, 177, 179, 185, 190, 193, 221, 222, 225, 266, 279, 280, 282, 283, 286, 288, 289, 290, 295, 302, 325

Língua Portuguesa 37, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 88, 178, 179, 180, 184, 185, 191, 258, 259, 279, 281, 285, 288, 289

M

Mediação Pedagógica 123

Movimentos Sociais 159, 160, 166, 167, 168, 170, 171, 353, 356, 362

O

Oficinas/Vivências 194, 199

P

Pessoas com albinismo 73, 75, 76, 80, 81, 82, 84, 85

Poder 9, 25, 27, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 42, 65, 68, 70, 75, 79, 80, 84, 91, 95, 99, 101, 102, 103, 114, 121, 140, 159, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 189, 212, 217, 227, 229, 235, 238, 239, 267, 280, 281, 282, 284, 286, 288, 294, 296, 301, 307, 313, 316, 331, 333, 341, 342, 343, 345, 347, 351, 352, 353, 356, 357

Políticas públicas 13, 14, 27, 29, 31, 32, 33, 43, 67, 73, 74, 75, 77, 81, 83, 84, 85, 104, 135, 139, 160, 169, 172, 220, 229, 231, 232, 258, 296, 331, 335, 338, 339, 341, 342, 343, 345, 346, 347, 360

Prevenção 30, 31, 32, 34, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 157, 168, 295, 322, 358

Psicologia Escolar/Educacional 194, 195, 196, 197, 205, 206

Psicologia Histórico-Cultural 12, 14, 21, 23

R

Reprodução Cultural 207, 208, 210, 211, 218

S

Serviço Social 62, 67, 68, 70, 71, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 223, 288

Sexualidade 86, 90, 92, 93, 145, 148

Surdez 38, 45, 48, 51, 173, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 191, 192, 193

T

Tecnologia 9, 53, 56, 112, 118, 119, 120, 121, 158, 249, 267, 290, 321, 328

Teoria da Reprodução Cultural 207, 208

Teoria Sócio-Histórica 194

V

Violência Intrafamiliar 25, 26, 27, 28, 33, 34, 35

Violência Sexual Infantil 145, 147, 148, 152, 156, 157

